

Índice

Parte I	11
Constituição da República Portuguesa (CRP).....	13
Lei Geral Tributária (LGT)	17
Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).....	107
Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)	273
Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) ...	335
Regime Jurídico da Arbitragem Tributária (RJAT)	369
Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)	391
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II)	505
Código Fiscal do Investimento (CFI)	511
Legislação Complementar (LC)	549
Diferimento e suspensão extraordinários de prazos (Artigo 321.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	551
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária	552
Mecenato cultural extraordinário para 2022 (Artigo 397.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – OE 2021)	556
Estrutura da Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação (Artigo 326.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	557
Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho)	558
Regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) (Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro)	566
Códigos de Atividade Económica (CAE) correspondente às atividades económicas compreendidas em projetos de investimento produtivo previstos no Código Fiscal do Investimento (Portaria n.º 282/2014, de 30 de dezembro)	573
Parte II	575
Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)	577
Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (CRCSPPS)	787
Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).....	885
Regime das Depreciações e Amortizações (DR 25/09)	1133
Preços de Transferência (PT)	1167
Portaria n.º 268/2021, de 26 de novembro	1169

Portaria n.º 1446-C/2001, de 21 de dezembro	1195
Portaria n.º 267/2021, de 26 de novembro	1199
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro) (PF)	1211
Legislação Complementar (LC)	1215
Regime do Incentivo Fiscal à Recuperação (Artigo 307.º e Anexo III da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	1217
Apoio extraordinário à implementação da submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade e código único de documento (Artigo 316.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	1221
Diferimento e suspensão extraordinários de prazos (Artigo 321.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	1222
Obrigações renminbi colocadas no mercado doméstico de dívida da República Popular da China (Artigo 323.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	1223
Jornada Mundial da Juventude (Artigo 325.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – OE 2022)	1225
Incentivo fiscal temporário às ações de eficiência coletiva na promoção externa (Artigo 400.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – OE 2021)	1226
Regime extraordinário e transitório de incentivo à manutenção de postos de trabalho (Artigo 403.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – OE 2021)	1228
Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira (Portaria n.º 318/2021, de 24 de dezembro)	1230
Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Decreto Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de dezembro)	1234
Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações (“Tonnage Tax”), regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo simplificado de navios e embarcações (Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	1236
Custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas (Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho)	1253
Parte III	1255
Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)	1257
Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)	1447
Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)	1483
Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)	1585
Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)	1687
Código e Tabela Geral do Imposto do Selo (CIS e TGIS)	1749
Código do Imposto Sobre Veículos (CISV) e Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)	1815

Legislação Complementar (LC)	1897
Regulamentação da contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou alumínio, ou multimaterial com plástico ou com alumínio, a serem adquiridas em refeições prontas a consumir (Portaria n.º 331-E/2021, de 31 de dezembro)	1899
Contribuição sobre as embalagens de plástico ou alumínio de utilização única em refeições prontas (Artigo 320.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – OE 2021)	1908
Taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas (Portaria n.º 38/2021, de 16 de fevereiro)	1909
Regimes especiais do imposto sobre o valor acrescentado aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a pessoas que não sejam sujeitos passivos, efetuem vendas à distância e determinadas transmissões internas de bens – Balcão Único - OSS (Anexo I a que se refere o artigo 6.º da Lei n.º 47/2020, de 28 de abril)	1916
Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA (Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro)	1927
Regulamentação do modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte (Portaria n.º 161/2013, de 23 de abril)	1944
Regulamentação do pedido de reembolso do IVA e acesso ao regime de reembolso mensal (Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho)	1948
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado Membro de reembolso (Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto)	1956
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro)	1965
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA (Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho)	1975
Isenção de IVA em vendas superiores a (euro) 1000, por fatura, efetuadas por um fornecedor a um exportador que possua no território nacional sede, estabelecimento estável, domicílio ou um registo para efeitos do IVA (Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de junho)	1986